

Projeto de Envolvimento das Comunidades Locais: Proposta

Central Fotovoltaica de Sophia

1. INTRODUÇÃO	2
2. MEDIDAS-PADRÃO E DIRETRIZES A DESENVOLVER PARA O FUTURO PROJETO DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS	3

1. Introdução

1.1. Compromisso e enquadramento legal

O projeto da Central Fotovoltaica de Sophia proposto pela Lightsource bp (LSbp) pretende a construção e operação de um centro electroprodutor de geração a partir de energia fotovoltaica de 867 MWp, inserido no Município do Fundão, Penamacor e Idanha-a-Nova.

A Lightsource bp tem um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável e responsável dos seus projetos, tendo como um dos pilares fundamentais a transparência, ética e respeito pelas comunidades e recursos locais.

Nessa ótica, a Lightsource bp considera o envolvimento de comunidades e outros atores locais e a partilha de benefícios como um elemento central da performance ambiental e social dos seus projetos e uma componente essencial das boas práticas e cidadania empresarial. Em particular, a LSbp reconhece que o envolvimento comunitário é um elemento-chave para conseguir e manter o suporte abrangente e sustentado dos principais atores locais ao projeto, uma vez que os pontos de vista, preocupações e interesses locais estão a ser identificados, recebidos, compreendidos e ponderados no desenho e execução do projeto e das políticas e medidas de envolvimento das comunidades locais.

A presente proposta de Projeto de Envolvimento das Comunidades Locais tem por base a estratégia interna de envolvimento das comunidades e o enquadramento legal português na matéria, no estrito cumprimento do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril, retificado pela Declaração de Retificação n.º 14-A/2022, de 26 de abril, e alterado pelos Decreto-Lei n.º 72/2022, de 19 de outubro, e Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro (e suas retificações), e no seguimento do Despacho Conjunto APA/ DGEg relativo a "Título de Reserva de Capacidade e os procedimentos previstos no regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental" (Artigo 2.º, número 1, alínea a)), de 14 de julho de 2023.

1.2. Objetivos e estrutura

A presente proposta estabelece, para a presente fase de licenciamento ambiental conforme as premissas legais acima identificadas, as medidas-padrão e diretrizes que orientarão o desenvolvimento do futuro Projeto de Envolvimento das Comunidades Locais que definirá os critérios de elegibilidade e as efetivas ações de envolvimento comunitário e comunicação com as comunidades através dos seus representantes e outros atores locais, de forma a discutir, aprovar e operacionalizar a sua implementação e a sua eficácia numa fase posterior à fase de EIA, com o objetivo final de criar parcerias locais sustentáveis, benefícios mútuos e efeitos sinérgicos e atendimento das necessidades reais da matriz social, cultural e económica do contexto regional e população abrangidas pelo projeto.

Esta estrutura-se assim com a apresentação de medidas-padrão e diretrizes nos seguintes tópicos:

- Compatibilização de usos comunitários com a produção fotovoltaica (*dual-use* dos solos)
- Promoção do emprego local
- Biodiversidade e sensibilização ambiental
- Promoção de eficiência energética e autoconsumo

A futura aplicabilidade e operacionalização de qualquer das medidas propostas e acordadas com autoridades, *stakeholders* ou outras contrapartes, dependem do cumprimento das políticas internas LSbp de antisuborno, anticorrupção, anticrimes financeiros, conflito de interesses, *due diligence* e gestão de risco de contrapartes, ética e conduta empresarial, escravatura moderna e tráfico humano e, finalmente, *compliance*.

2. Medidas-padrão e diretrizes a desenvolver para o futuro Projeto de Envolvimento das Comunidades Locais

A– Compatibilização de usos comunitários com a produção fotovoltaica (*dual-use* dos solos; enquadrável na alínea a) do Artigo 6.º)

- a1) Promoção de pastagem no parque com produtores de ovinos de raças locais, incluindo criação de condições locais como bebedouros/ charcas, parque de manejo e delimitação de zonas de pasto, por intermédio de acordo de uso do espaço sem contrapartida económica por parte do produtor.
Esta medida carece da existência local desta atividade e/ou interesse em desenvolver a mesma no parque fotovoltaico. Serão desenvolvidas diligências junto do município, associações agrícolas e pecuárias/ ovinas locais ou outros stakeholders entretanto identificados.
- a2) Promover a apicultura junto de produtores locais, com disponibilização de locais para colmeias assegurando as condições de segurança de trabalhadores e equipas de manutenção, e eventual introdução de espécies melíferas no âmbito dos projetos de integração paisagística (sempre que autóctones e compatíveis com os habitats existentes localmente), com o objetivo da produção de mel e criação de abelhas para venda e contraponto ao declínio da população de abelhas.
Esta medida carece da existência local desta atividade e/ou interesse em desenvolver a mesma no parque fotovoltaico. Serão desenvolvidas diligências junto do município, associações agrícolas e pecuárias locais ou outros stakeholders entretanto identificados.
- a3) Promoção de espécies autóctones aromáticas (alecrim, rosmaninho, outras aplicáveis a cada área), combinando a riqueza florística, o cariz autóctone das espécies previstas a nível de PIP, o valor económico associado à exploração de algumas dessas espécies e ao suporte à atividade de apicultura.

B– Promoção do emprego local (enquadrável na alínea b) do Artigo 6.º)

- b1) Promoção da reciclagem, formação profissional e emprego da população local em atividades relacionadas com a construção, operação da central e/ou atividades conexas, com oferta de vagas de formação profissional (como cursos de prevenção de riscos laborais, montagem de instalações elétricas, fotovoltaicas ou outras, ambiente, higiene e segurança, entre outros), promoção de cursos *ad hoc* desenhados para este efeito, promoção de feira de oportunidades associadas ao projeto fotovoltaico, protocolo com entidades de formação/ educação para oportunidades de formação.

Dado que a construção deste tipo de projetos, de forma transparente, é feita por intermédio de empresas de Engineering, Procurement and Construction (Engenharia, Procurement e Construção), a decisão final sobre a contratação local é sempre desta entidade, mesmo com cláusulas de preferência impostas pelo promotor (já que é sempre possível justificar a ausência de perfis qualificados para as necessidades). Nesta sequência, entende a LSbp que, de forma a gerar um benefício que não se esgota na aplicabilidade deste projeto (criar perfis profissionais que, caso não sejam aplicados neste projeto, possam permitir oportunidades profissionais noutros projetos ou áreas relacionadas) e que gera um desenvolvimento curricular e profissional mais sustentado da população local, será montado, em conjunto com empresas de EPC e com o apoio das autarquias e juntas de freguesia locais, um processo de identificação de perfis profissionais necessários para diversas necessidades de emprego em fase de obra e operação e as subsequentes ações para tornar acessível à população opções de reciclagem e formação profissional.

- b2) Na fase de operação, será privilegiada a seleção de fornecedores/ empresas locais para a manutenção e operação do parque fotovoltaico (com destaque para prestadores de serviços ou habitantes locais para a execução de trabalhos de gestão de combustível e manutenção de espaços silvicultura e gestão de matos).

Serão criados mecanismos internos LSbp para seleção e contratação de fornecedores locais durante a operação, usando o processo a definir no âmbito da medida b1.

C– Biodiversidade e sensibilização ambiental (enquadrável na alínea c) do Artigo 6.º)

- c1) Criação de um percurso pedestre turístico-interpretativo, no entorno da instalação fotovoltaica, que fomente o turismo de natureza e dar a conhecer as ações de gestão da biodiversidade e património (cultural e geológico). Em particular, pode ser prevista a incorporação de pontos de interesse geológico e geomorfológico identificados e salvaguardados pelo projeto na rede de percursos locais, valorizando e promovendo as infraestruturas de cariz turístico e cultural locais, nomeadamente no contexto da Grande Rota 22 (e eventuais percursos de BTT), Aldeias Históricas e Geopark Naturtejo.

Esta medida carece de articulação com a Câmara Municipal, juntas de freguesias, Associação Aldeias Históricas, Naturtejo e outras associações locais de promoção e valorização do património ambiental, cultural e geológico.

- c2) Programa educacional de energia e meio ambiente LSbp para promoção de ações de educação e sensibilização ambiental relativas a aspetos relacionados com energias renováveis, transição energética, eficiência energética, biodiversidade e proteção e conservação ambiental, entre outros temas.

Medida a articular com autarquia e grupos escolares locais e em função do interesse destas e das necessidades e desafios que alunos locais enfrentem ou lacunas identificáveis.

- c3) Programa de visitas ao parque fotovoltaico e sua envolvente durante a operação (crianças, jovens e grupos de adultos associados a *stakeholders* locais), por forma a comunicar e evidenciar o funcionamento do parque fotovoltaico e como é feita a gestão de biodiversidade no mesmo e a possibilidade de usos compatíveis com a exploração.

Medida que pode ser complementar à medida c2.

- c4) Apoio/parceria em projetos na área da conservação da natureza espaços de caça, atividade de educação e turismo ambiental e investigação científica, ou apoio/ parceria em outras iniciativas previstas ou em curso promovidas pelo ICNF, entidades municipais e outras associações de cariz ambiental. Poderá enquadrar-se neste âmbito o potencial apoio à elaboração de um plano de gestão integrado para a Serra da Gardunha, o Pinhal Interior e a Serra da Estrela, contemplando ações estratégicas que promovam a sustentabilidade ambiental e a valorização do território. Incluem-se, entre as prioridades, o reforço do combate à Vespa Asiática, espécie invasora que ameaça os ecossistemas locais, e o apoio à promoção de paisagens em mosaico, fundamentais para o desenvolvimento de uma floresta mais resiliente e resistente a incêndios, contribuindo para a proteção da biodiversidade e para a segurança das comunidades, bem como para dinamizar localmente usos compatíveis e sinérgicos.

Esta medida carece do interesse por parte do ICNF e municípios, e/ou da pré-existência de espaços e iniciativas deste tipo e/ou projetos futuros previstos e da articulação e negociação com as respetivas entidades gestoras ou stakeholders envolvidos.

D– Promoção de eficiência energética e autoconsumo (enquadrável na alínea d) do Artigo 6.º)

- d1) Promoção e apoio a iniciativas locais de promoção da eficiência energética ou autoconsumo por via renovável. *A operacionalização das medidas-tipo apresentadas no Decreto-Lei n.º 30-A/2022 e suas retificações e alterações pode inviabilizar grande parte desta tipologia de medidas. Como tal, para garantir um benefício em linha com o espírito e objetivos da alínea d) do Artigo 6.º, propõe-se o estabelecimento de um protocolo com o município e/ou junta de freguesia para promoção e apoio a investimento em autoconsumo e eficiência energética, a disponibilizar ao município que cubra projetos de engenharia e instalação de equipamentos de autoconsumo em edifícios públicos destinados a usufruto geral da população local, subsidie iniciativas de sustentabilidade energética de projetos de turismo rural, seja distribuído por municípios que se candidatem a apoios para reabilitação de imóveis com medidas de eficiência energética, suporte à compra ou disponibilização de painéis fotovoltaicos, entre outras opções a discutir com as entidades locais e necessidades específicas no âmbito do contexto territorial em causa.*
- d2) Apoio a projetos na área da energia, autoconsumo e eficiência energética propostos no âmbito de orçamentos participativos municipais ou a nível de juntas de freguesia, ou outras plataformas ou iniciativas existentes nas estruturas de poder local ou outros potenciais parceiros públicos ou privados com plataformas de apoio a projetos locais. Neste âmbito poderá incluir-se o potencial apoio à implementação de Comunidades de Energia Renovável (CER), permitindo o fornecimento de energia limpa em regiões onde a instalação direta de infraestruturas renováveis não é viável. A iniciativa teria como objetivo promover sustentabilidade, reduzir a dependência de fontes fósseis, fortalecer a resiliência energética e fomentar o desenvolvimento socioeconómico. *A operacionalização desta medida alternativa ou complementar à d1), e dentro do valor de apoio a disponibilizar em d1), depende do quadro legal dos instrumentos e plataformas de apoio a projetos de iniciativa cidadã ou outra e da sua pré-existência. A viabilização dos mesmos implicaria a disponibilidade e interesse de parceiros locais (por exemplo a Associação Aldeias Históricas ou outras) para a identificação de locais estratégicos para geração de energia fora das áreas protegidas, sensibilizar as comunidades envolvidas e garantir o respeito ao património histórico e ambiental.*

Central Solar Fotovoltaica SOPHIA

Projeto de Envolvimento das Comunidades Locais
Plano de Ação

(Agosto de 2025)

Contents

1.	Introdução	2
1.1	Antecedentes	Erro! Marcador não definido.
1.2	A importância do Envolvimento das Comunidades	2
1.3	Objetivos e alcance do Relatório	3
1.4	Enquadramento Legal e Medidas Padrão	3
2.	Caracterização sumária do território impactado	4
2.1	Dinâmicas políticas	4
3.	Envolvimento das Comunidades	4
3.1	Uma leitura prospetiva	4
3.2	Processo de desenvolvimento	5
3.3	Construção do mapa de interlocutores	6
3.4	Estudo de oportunidades apresentadas pelo projeto	10
3.5	Plano de ação	12
4.	Ponto de situação	13
5.	Próximas etapas	Erro! Marcador não definido.

1. Introdução

A **Lightsource bp (LSbp)** está a desenvolver, na qualidade de promotor, a Central Solar Fotovoltaica (CSF) de **SOPHIA**, distrito de Castelo Branco, abrangendo os concelhos do Fundão, Penamacor e Idanha-a-Nova. Com uma potência pico de 867 MWp e uma capacidade de injeção atribuída de 500 MVA, será um centro electroprodutor que aproveita a energia solar para conversão em energia elétrica, utilizando tecnologia fotovoltaica instalada em estrutura com seguimento solar.

A CSF e a correspondente Linha de Muito Alta Tensão (LMAT) impactam, de forma diferenciada, treze Freguesias (nos três concelhos). Destas, quatro ou cinco (dependendo do corredor LMAT definido) apenas serão impactadas pelo corredor LMAT.

O projeto, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro (na sua versão atual), está sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental, estando o respetivo procedimento em curso, em fase de Estudo Prévio, tendo sido desencadeado pela submissão do Estudo de Impacte Ambiental a 17 de dezembro de 2024.

2. A importância do Envolvimento das Comunidades

A Lightsource bp tem um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável e responsável dos seus projetos, tendo como um dos pilares fundamentais a transparência, ética e respeito pelas comunidades e recursos locais.

Nessa ótica, a Lightsource bp considera o envolvimento das comunidades e a partilha de benefícios como um elemento central da performance ambiental e social dos seus projetos e uma componente essencial das boas práticas e cidadania empresarial. Em particular, a LSbp reconhece que o envolvimento comunitário é um elemento-chave para conseguir e manter o suporte abrangente e sustentado dos principais atores locais ao projeto, uma vez que os pontos de vista, preocupações e interesses locais estão a ser identificados, recebidos, compreendidos e ponderados no desenho e execução do projeto e das políticas e medidas de envolvimento das comunidades locais.

A LSbp dispõe de um quadro metodológico interno para promover eficazmente o envolvimento da comunidade nos seus projectos, que é aplicado ao presente documento.

Além disso, para garantir a correta aplicação desta metodologia, conta com o apoio de uma equipa de consultores especializados na relação com as comunidades do meio envolvente do país.

3. Objetivos e alcance do Relatório

A presente proposta de Plano de Envolvimento das Comunidades Locais tem por base a estratégia interna de envolvimento das comunidades e o enquadramento legal português na matéria, no estrito cumprimento do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril, retificado pela Declaração de Retificação n.º 14-A/2022, de 26 de abril, e alterado pelos Decreto-Lei n.º 72/2022, de 19 de outubro, e Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro (e suas retificações), e no seguimento do Despacho Conjunto APA/ DGEG relativo a “Título de Reserva de Capacidade e os procedimentos previstos no regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental” (Artigo 2.º, número 1, alínea a)), de 14 de julho de 2023 e respetiva alteração, de 6 de maio, à alínea d) do artigo 1º, correção da identificação da alínea f) para e) do artigo 1º e alteração à alínea d) do nº1 do artigo 2º.

A proposta de projeto de envolvimento de comunidades apresentada em sede de EIA (em documento autónomo) estabelece, **para a presente fase de licenciamento ambiental conforme as premissas legais acima identificadas, as medidas-padrão e diretrizes que orientarão o desenvolvimento do futuro Projeto de Envolvimento das Comunidades. O presente documento, complementar à proposta de Projeto de Envolvimento de Comunidades, pretende estabelecer o plano de ação que está em curso e o ponto de situação à presente data** do mesmo que redundará na proposta final de Projeto de Envolvimento das Comunidades em fase subsequente, e que descreve toda a análise de contexto já efetuada, o mapa de interlocutores relevantes já estabilizados, as áreas de intervenção sinalizadas, os contactos já efetuados e os passos subseqüentes a desenvolver.

É importante notar que esta versão do documento não é o resultado final esperado, mas um ponto intermédio no desenvolvimento do **Projeto de Envolvimento das Comunidades Locais**.

4. Enquadramento Legal e Medidas Padrão

São medidas-padrão e diretrizes a desenvolver para o futuro Projeto de Envolvimento das Comunidades Locais:

A– Compatibilização de usos comunitários com a produção fotovoltaica (*dual-use* dos solos; enquadrável na alínea a) do Artigo 6.º)

B– Promoção do emprego local (enquadrável na alínea b) do Artigo 6.º)

C– Biodiversidade e sensibilização ambiental (enquadrável na alínea c) do Artigo 6.º)

D– Promoção de eficiência energética e autoconsumo (enquadrável na alínea d) do Artigo 6.º)

A forma como estas medidas-padrão serão desenvolvidas e resultarão em projetos de envolvimento das comunidades dependerá dos resultados de uma análise exaustiva do território, suas políticas, protagonistas e prioridades procurando-se que o resultado seja, ele mesmo, resultado de um processo de envolvimento, específico e participado.

5. Caracterização sumária do território impactado

Com territórios extensos e uma baixa densidade populacional, os três Municípios são caracterizados por uma população envelhecida ainda que dinâmicas relacionadas com a vinda de não nacionais em gozo de reforma e movimentos migratórios assentes em necessidades de mão-de-obra tenham iniciado um processo de lenta recomposição populacional.

A atividade agrícola é relevante nestes territórios com destaque para o cluster da Cereja no Fundão, a agricultura em modo biológico em Idanha-a-Nova ou o olival e a silvicultura em Penamacor.

Não obstante, a presença de entidades relevantes do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (como a Universidade da Beira Interior ou o Instituto Politécnico de Castelo Branco) têm favorecido o empreendedorismo e a fixação de quadros em áreas de perfil mais tecno-industrial.

Em todos os Municípios é igualmente importante o potencial turístico e cultural das comunidades e da paisagem bem como a presença de um desenvolvido sector social motivado pela necessidade de apoio às populações idosas desacompanhadas ou dependentes.

6. Caracterização sumária do território impactado – dinâmicas políticas

Tendo em conta a natural relevância dos titulares de cargos políticos nos órgãos autárquicos que tutelam a política pública de proximidade nestes territórios, é especialmente delicada a fase atual de desenvolvimentos dos projetos que, a nível local, como também nacional, enfrentam atos eleitorais.

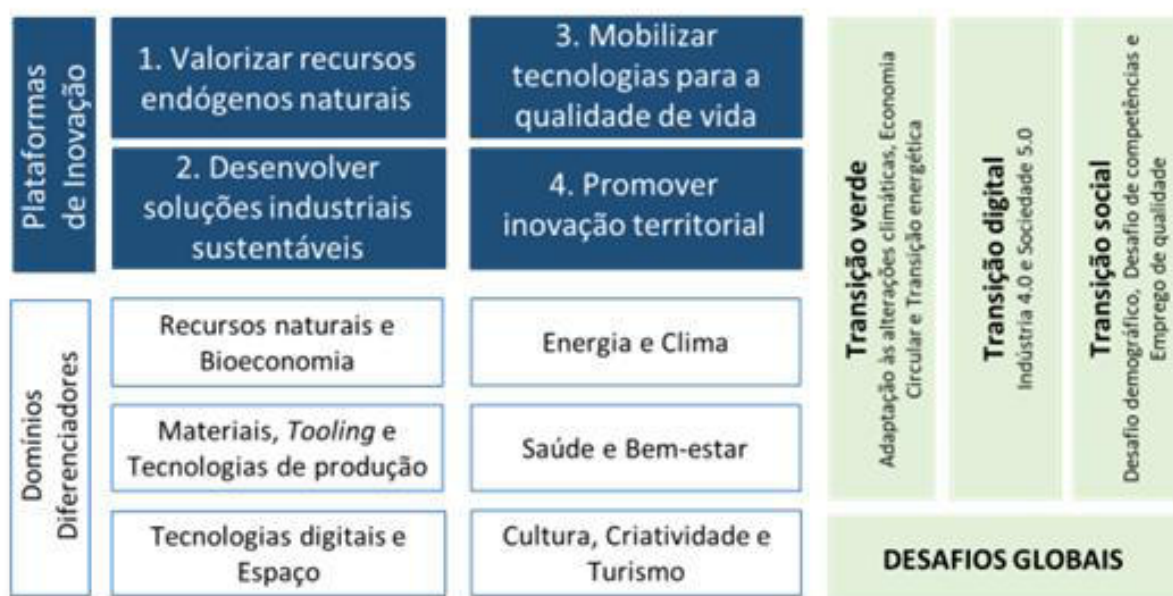
É assim, necessário caracterizar o espectro político no qual historicamente se movem os territórios bem como ensaiar as probabilidades de alteração no posicionamento dos protagonistas envolvidos quanto aos projetos/ temática em causa.

7. Envolvimento das Comunidades – uma leitura prospetiva

O tema do Envolvimento das Comunidades lê-se sobretudo, no âmbito desta tipologia de projetos, numa perspetiva de garantia de maior transparência sobre as respetivas características por forma a que as comunidades compreendam e defendam o impacto relevante que encerram ao nível da defesa de um ambiente mais sustentável e ainda na procura de um plano de benefícios “compensatórios” pela contribuição efetiva que cada território oferece ao desenvolvimento dos mesmos.

No entanto, uma leitura prospetiva informada designadamente das dinâmicas demográficas destes territórios e comunidades, bem como da aposta nos eixos em que assenta a Estratégia Regional de Inovação Regional obriga ao estudo das hipóteses que ultrapassem o trabalho micro comunitário.

Neste plano será assim muito relevante conhecer e explorar a Estratégia Regional de Inovação da Região Centro que se ilustra de forma sintética na Figura abaixo:



Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro – Revisão 2021-2027 - Pg. 5

De referir que, em recente reunião na CCDR-C (17/03/2025), surgiu a hipótese de serem explorados alguns contactos, designadamente com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, para avaliação de parcerias no âmbito desta perspetiva mais estratégica.

Na sequência da reunião, foi recebida uma carta da CCDR-C (31/03/2025) com um conjunto de sugestões a considerar na elaboração do plano de benefícios partilhados. Após avaliação, considerando prioritariamente os resultados do estudo e o diálogo com os stakeholders locais, a LSbp em articulação com a CCDR-C promoveu uma reunião com o Instituto Politécnico de Castelo Branco (23/07/2025) para discutir o interesse e viabilidade de alguns vetores de desenvolvimento e parceria conjunta.

8. Envolvimento das Comunidades – processo de desenvolvimento

Tendo em conta o contexto referido, e o quadro metodológico LSbp para o envolvimento das comunidades, foi definido o seguinte o plano para o desenvolvimento do tema:

1. Construção de um **MAPA DE INTERLOCUTORES** para cada Município
2. Identificação e caracterização de **GRUPOS DE INTERLOCUTORES** por **nível de prioridade** no contacto/envolvimento
3. Identificação de **OPORTUNIDADES** garantidas pelo projeto
4. **PLANO DE AÇÃO** para desenvolvimento de contactos, estabelecimento de parcerias e concretização de projetos para e com as comunidades

9. Envolvimento das Comunidades – construção do mapa de interlocutores

No conjunto dos três Municípios foram identificados **54 interlocutores** que, organizados, por diferentes prioridades serão, entre outros que a todo o momento se apresentem como relevantes, contactados e envolvidos no desenvolvimento do projeto da CSF SOPHIA. Esta lista de stakeholders será provavelmente ampliada nos próximos meses, à medida que se avance no contacto com as comunidades vizinhas ao projeto e também com a contribuição já sinalizada pelas respetivas Câmaras Municipais.

Administração local

- **Município do Fundão**

- União de Freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha
- União de Freguesias de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo
- Freguesia da Orca

- **Município de Penamacor**

- Freguesia de Penamacor
- UF de Pedrogão de S. Pedro e Bemposta

- **Município de Idanha-a-Nova**

- Freguesia de Aldeia de Santa Margarida
- Freguesia de Proença-a-Velha
- Freguesia de Medelim

Associativismo/Entidades Supramunicipais

- CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela
- CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa

Entidades Sectoriais /Regionais

- AJAP - Associação de Jovens Agricultores Portugueses
- ADACB – Associação Distrital de Agricultores de Castelo Branco
- UBI – Universidade da Beira Interior
- Comissão de Co-Gestão da reserva Natural da Serra da Malcata

Entidades Locais - Fundão

- AHBVF – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Fundão
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO
- ACICF - Associação Comercial e Industrial do Fundão
- "DESPORTIVO DO FUNDÃO" – Associação Desportiva do Fundão
- ENTRELAÇOS
- CAMINHEIROS DA GARDUNHA
- PINUS VERDE
- GARDUNHA VIVA

Entidades Locais – Idanha-a-Nova

- AHBVI – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Idanha-a-Nova
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE IDANHA-A-NOVA
- AGIDANHA – Associação de Juventude de Idanha-a-Nova
- FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TURISMO RURAL
- ESGIN – Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova

Entidades Locais - Penamacor

- AHBVP – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAMACOR
- ASSOCIAÇÃO DE CICLOTURISMO E CLÁSSICOS DE PENAMACOR
- SARSPEN - SOCIEDADE DOS AMIGOS DE RIBEIRO SANCHES
- INSTITUTO SOCIAL CRISTÃO PINA FERRAZ

Entidades de Proximidade – Freguesias - Fundão

- Associação Recreativa e Cultural da Orca
- Associação Cultural e Recreativa de Atalaia do Campo
- LAMAR – liga dos Amigos da Mata da Rainha

Grupos sociais - Fundão

- RENASCER - Movimento Cívico de Vale de Prazeres e Mata da Rainha

Entidades de Proximidade – Freguesias – Idanha-a-Nova – ALDEIA DE SANTA MARGARIDA

- Liga dos Amigos da Aldeia de Santa Margarida
- Associação de Caçadores a Aldeia de Santa Margarida
- Grupo de Cantares da Aldeia de Santa Margarida
- Grupo de Bombos - "Os Tapori a Bombar"
- União Desportiva da Aldeia de Santa Margarida
- Mão D'Arte (bordados)
- Pirotecnia Beirense (empresa)

Entidades de Proximidade – Freguesias – Idanha-a-Nova - MEDELIM

- Associação de Caçadores de Medelim
- Associação “O Arcaz”
- Grupo de Coesão e Cultura de Medelim
- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Medelim
- Grupo de Cantares de Medelim
- Mão D'Arte (bordados)
- MMCR – Medelim Moto Clube Raiano

Entidades de Proximidade – Freguesias – Idanha-a-Nova – PROENÇA-A-VELHA

- Proençal – Liga de desenvolvimento de Proença-a-Velha

Entidades de Proximidade – Freguesias – PENAMACOR – PENAMACOR

- Junta de Freguesia (entidade mais dinâmica)

Entidades de Proximidade – Freguesias – Idanha-a-Nova – PEDROGÃO DE S. PEDRO E BEMPOSTA

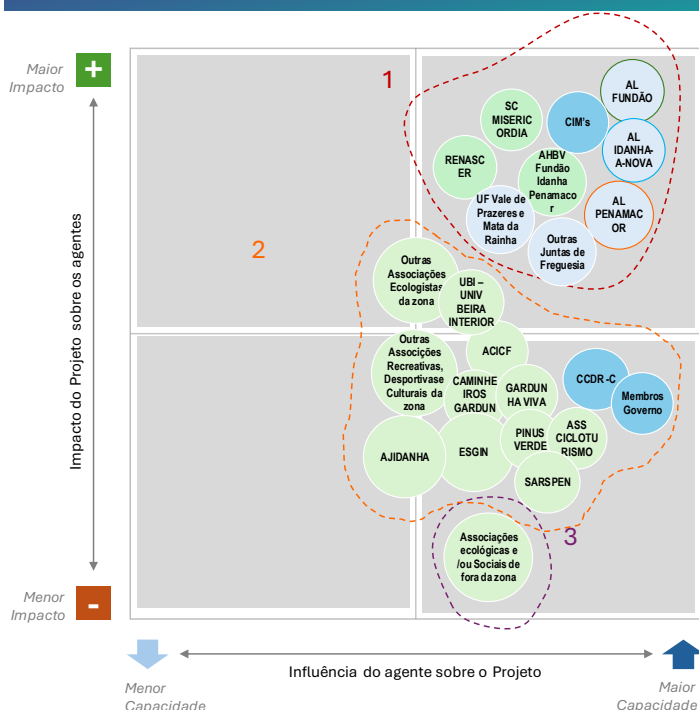
- Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Pedrogão de S. Pedro

10. Envolvimento das Comunidades – níveis de prioridade

Sendo naturalmente diferente a amplitude e a vocação de cada instituição sinalizada, foi definido o seguinte mapa de prioridades quanto ao contacto a estabelecer:

Os interlocutores – Categorização

Institut Cerdà



Matriz de interlocutores

A partir da análise dos interlocutores propõe-se a seguinte categorização :

- **Impacto** do projeto no território de proximidade;
- Capacidade de **influência** sobre o Desenvolvimento do Projeto;



Sugere-se a seguinte priorização segundo a respetiva importância estratégica:

- 1. Imprescindível:**
Reunião presencial e interlocução permanente;
- 2. Importante:**
Reunião presencial com interlocução sempre que justificável;
- 3. Interessante:**
Acompanhar a evolução do respetivo posicionamento sem necessidade de reunião;

A posição dos interlocutores foi estimada. Não foram feitas entrevistas que permitam uma categorização com maior precisão.

36

11. Envolvimento das Comunidades – estudo de oportunidades apresentadas pelo projeto

O ponto de partida para qualquer processo de envolvimento de comunidades é sempre a apresentação transparente e cabal do projeto em causa, estando naturalmente previsto que o mesmo aconteça em todos os Municípios.

No entanto, é igualmente importante o inventário de oportunidades que possam ser relevantes para a vida da coletividade.

São as seguintes as OPORTUNIDADES/VANTAGENS identificadas no caso da CSF SOPHIA:

☑ Os impactos positivos do projeto em termos socioeconómicos

- **Aumento** das **receitas** Municipais em **€ 1.460.700** (no caso do Fundão, valores estimados), **€ 2.968.650** (no caso de Penamacor, valores estimados) e **€ 2.320.650** (no caso de Idanha-a-Nova, valores estimados)
- Acrescem as **compensações** que podem ser negociadas ao abrigo do art. 49 DL 15/2022 e do art. 6º 30-A/22
- E ainda a arrecadação de IMI
- **800** (1500 em fase de pico) **empregos** durante a fase de **construção**

- Iniciativas de **promoção da empregabilidade** e contratação de **serviços de âmbito local**
- **Partilha de ganhos** através da implementação de CER/UPAC
- **Salvaguarda dos principais valores identificados** no âmbito dos estudos de especialidade:
 - ocorrências patrimoniais/habitats e áreas de suporte a espécies faunísticas de interesse conservacionista/povoamentos e núcleos de quercíneas/ pontos de interesse geológico e geomorfológico/ linhas de água com relevância hidrológica e de suporte de ecossistemas
- **Apoio a plano de gestão integrado** para a **Serra da Gardunha, Pinhal Interior e Serra da Estrela**
- **Proposta de Plano de Estrutura Verde e de Integração Paisagística**
- **Compensação da perda de desflorestação** e criação de **sumidouros de carbono**
- **Promoção de pastagem no parque** com produtores de ovinos de raças locais, incluindo criação de condições locais como bebedouros/ charcas, e apicultura
- **Percursos pedestres turístico-interpretativos**, interconectados com a rede existente
- Melhoria e construção de **novos acessos**
- **Incorporação de conhecimento** e captação de novos quadros qualificados
- **Formação em conservação e salvaguarda** de práticas tradicionais

☑ **O minucioso Estudo do território**

- Plano Nacional da Água, Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Plano Rodoviário Nacional (PRN), Plano Sectorial da Rede Natura (2000), Programa Regional de Ordenamento Florestal, Plano de Gestão de Rede Hidrográfica, Plano Diretor Municipal, Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios entre outros

☑ **A Valorização Ambiental**

- Piloto para aplicação da metodologia **Biodiversity Net Gain** – implica que a situação de chegada seja, em termos ambientais, mais favorável do que a situação de partida
- Implementação de práticas agrivoltaicas
- Substituição de espécies com forte impacto ambiental (eucalipto) por espécies arbóreas autóctones
- **O contributo para a resposta aos desafios da emergência climática**
 - **Evita** a emissão de **24 534,3 ton CO₂eq** **anualmente**
 - **Evita** a emissão de **981 372,0 ton CO₂eq** **durante os 40 anos da operação**
 - **Aumento da capacidade de reter carbono** a longo prazo de **225 553,2 ton CO₂eq**
 - **373 934 habitações** abastecidas com **energia limpa por ano** (equivalente)
 - **19.935 automóveis** removidos das estradas (equivalente)

- Contribui para a segurança do abastecimento, para a autonomia energética, para a diversificação das fontes e para o cumprimento nacional e europeu das metas associadas à transição energética e emergência climática

☒ **A escuta ativa, participação e compromisso social do LSb**

- Visitas ao terreno
- Entrevistas direcionadas
- Sessões de Esclarecimento
- Comissões de Acompanhamento
- Planos de partilha de valor

12. Envolvimento das Comunidades – Plano de ação

A partir da análise efetuada, foram definidos os próximos passos a seguir para assegurar o avanço adequado do projeto, considerando tanto as oportunidades quanto os desafios identificados.

- ☒ **Ouvir os principais interlocutores → identificar oportunidades e riscos**
- ☒ **Buscar pontos de compensação ligados ao desenvolvimento do território**

Identificar áreas de compensação social que possam beneficiar o território, integrando-as no plano de desenvolvimento do projeto. Com base nas reuniões com as partes interessadas locais, serão identificadas possíveis ações de investimento social.

☒ **Avaliar os riscos**

Realizar uma avaliação de riscos e o planeamento de uma estratégia de atuação a médio prazo.

☒ **Dossier do projeto, Q&A, página online**

Elaborar um dossier completo com todas as informações técnicas, ambientais e económicas do projeto, garantindo que os interlocutores e as partes interessadas tenham acesso a dados claros e detalhados, assim como desenvolver um Q&A, uma página online e outros materiais para a divulgação.

☒ **Canais estáveis de diálogo**

Promover canais estáveis de diálogo e acompanhamento com os interlocutores locais determinantes (ex.: comissão de acompanhamento com a Câmara Municipal).

13. Ponto de situação – listagem de projetos potencialmente interessantes

A Lightsource bp tem vindo a desenvolver ao longo do tempo contactos sistemáticos com os Municípios, ao nível técnico e político visando dar a conhecer o projeto de forma sustentada e transparente. No entanto, e tendo em conta a importância que atribui a um correto estudo das comunidades impactadas e aos planos de valor que pretende construir e partilhar com as mesmas, contratou uma instituição especializada – Institut Cerdà - com 40 anos de experiência na área do envolvimento das comunidades e da gestão de riscos.

Com o apoio da equipa do Institut Cerdà foram desenvolvidas as ferramentas acima brevemente apresentadas bem como realizadas um conjunto de reuniões com os três municípios envolvidos (tarefa em curso, com várias já concretizadas e futuras planeadas).

Há já uma lista de projetos sinalizados como potencialmente interessantes, quer a partir de planos implementados em enquadramento comunitário social semelhante ao do presente projeto quer também a partir das diligências já efetuadas, para exploração e desenvolvimento de parcerias designadamente:

1. Organização de Comissões de Acompanhamento
2. Identificação de Agentes de Ligação que, no terreno, sirvam de ponte entre as comunidades e a empresa
3. Apoio ao fornecimento de energia a famílias carenciadas
4. Apoio à instalação de painéis solares em edifícios públicos
5. Apoio à tramitação e criação de Unidades Produtoras de Autoconsumo (UPAC)
6. Apoio à tramitação e criação de Comunidades Energéticas (CER)
7. Aproveitamento da energia sobrança para baixa da fatura energética das comunidades – criação de uma bolsa de energia
8. Organização de workshops para promoção da eficiência energética – adultos
9. Organização de workshops para promoção da eficiência energética e sustentabilidade climática - escolas
10. Organização de visitas de estudo à CSF
11. Criação de planos municipais de emprego para a captação de recursos locais na fase de construção /manutenção da CSF
12. Estudo/implementação de medidas agrivoltaicas – e.g. pastoreio ou apicultura
13. Apoio ao desenvolvimento de aproveitamentos hídricos – sistema multi-charcas
14. Promoção da investigação aplicada – plantas endémicas
15. Valorização e divulgação de produtos com Denominação de Origem

16. Valorização das espécies florestais endémicas – criação de trilhos
17. Valorização das espécies florestais endémicas – zona de plantação que funcione como área de sensibilização ambiental
18. Estudar com o conjunto das partes interessadas e comunidades, no âmbito do Projeto de Estrutura Verde e Integração Paisagística (a propor em fase de Projeto de Execução, decorrente das diretrizes estabelecidas no PEVIP), a integração no seu desenho de usos compatíveis com atividades rurais (por exemplo dedicando parcelas não ocupadas a produção local), por forma a mitigar os efeitos da Central Solar de Sophia e, num contexto mais abrangente, dos efeitos cumulativos deste tipo de infraestruturas na região
19. Plantação de ervas aromáticas e medicinais

Importa dar nota que a futura aplicabilidade e operacionalização de qualquer das medidas propostas e acordadas com autoridades, stakeholders ou outras contrapartes, dependem do cumprimento das políticas internas LSbp de antissuborno, anticorrupção, antirrisco financeiros, conflito de interesses, *due diligence* e gestão de risco de contrapartes, ética e conduta empresarial, escravatura moderna e tráfico humano e, finalmente, *compliance*.

Adicionalmente, refere-se que o conjunto de medidas e parcerias em avaliação e desenvolvimento estão dependentes da presença no território de parceiros/ atores/ infraestruturas/ logística nas áreas de interesse e com capacidade de implementação/ operacionalização, do real interesse e mais-valia que se retira das mesmas e da sua eventual complementaridade a nível de implementação.

14. Ponto de situação – em desenvolvimento

Como conclusão deste breve ponto de situação é possível estabilizar que:

- Como explicado acima, após analisar a região do ponto de vista social com a ajuda do Instituto Cerdá, nos próximos meses será realizada uma série de reuniões com as partes interessadas locais para explorar possíveis áreas de interesse comum em benefício da comunidade e para fazer avançar o plano de benefícios partilhados da LSbp. Tendo em consideração os pontos acima mencionados, é possível concluir que o trabalho de envolvimento das comunidades é um dos pilares que sustentam o desenvolvimento do projeto SOPHIA – CSF;
- Com a mesma importância atribuída ao desenvolvimento técnico ou ao licenciamento ambiental, a LSbp alocou meios específico à prossecução deste objetivo;
- É dupla a meta a atingir – dar a conhecer o projeto com transparência e partilhar o valor gerado com as comunidades mais diretamente impactadas;
- Os principais instrumentos a usar são o levantamento dos INTERLOCUTORES, o conhecimento do TERRITÓRIO e das suas NECESSIDADES, e o desenho de um PLANO DE AÇÃO;

- Esta relação com as comunidades será contínua e progressiva ao longo dos vários momentos do desenvolvimento da CSF – do licenciamento à construção, da operação ao fim de vida.

15. Ponto de situação – reuniões realizadas

Desde o início do processo de desenvolvimento do projeto, em 2020, foram realizadas visitas ao território com o objetivo de reunir com representantes públicos e técnicos dos municípios envolvidos no projeto com o objetivo de apresentar o projeto, aferir a adequabilidade do mesmo face ao seu enquadramento territorial e antecipar eventuais constrangimentos que se pudessem afigurar relevantes.

Em 2024 e 2025, existiram contatos/reuniões mais intensivos que permitiram abordar mais em detalhe temas relacionados ao envolvimento das comunidades e identificar e apresentar os pontos-chave para o desenvolvimento de uma estratégia de envolvimento comunitário em conjunto.

Os encontros contaram com a participação de representantes políticos, técnicos municipais e da LSbp.

Estas reuniões alimentaram a lista de potenciais projetos de interesse identificada neste documento e em desenvolvimento e avaliação. Nos próximos meses, e com o apoio da larga experiência no contexto social do Institut Cerdà, estas reuniões continuarão a realizar-se regularmente com o objetivo de evoluir no sentido de evoluir para o Plano de Ação/ Projeto de Envolvimento de Comunidades a aplicar em articulação com os municípios. Nos últimos meses semanas, foram realizadas diversas visitas ao território com o objetivo de reunir com representantes públicos e técnicos dos municípios envolvidos no projeto. Estas reuniões permitiram abordar questões locais, apresentar os detalhes da proposta e identificar pontos-chave para o desenvolvimento de uma estratégia de envolvimento comunitário.

Os encontros contaram com a participação de representantes políticos, técnicos municipais e membros do Institut Cerdà e da Lightsource BP.

Câmara Municipal do Fundão

Data: 31 de março de 2025 – 11h00

Local: Fundão

Presentes: Paulo Fernandes (Presidente da Câmara), José Silva (Presidente da União de Freguesias de Vale dos Prazeres e Mata da Rainha), representantes da Lightsource BP e do Institut Cerdà.

Durante a reunião, foram abordadas questões locais relacionadas com o projeto e discutidas diferentes perspetivas sobre os projetos a desenvolver. Ficou acordada a realização de reuniões adicionais com as freguesias envolvidas no projeto.

Data: 23 de julho de 2025 – 10h30**Local:** Fundação

Presentes: Paulo Fernandes (Presidente da Câmara), José Silva (Presidente da União de Freguesias de Vale dos Prazeres e Mata da Rainha), Maria Saraiva (Presidente da Junta de Freguesia da Orca), Rui Domingues (Secretário da União de Freguesias de Atalaia do Campo e Póvoa da Atalaia), representantes da Lightsource BP e do Institut Cerdà.

Durante a reunião foi feito um ponto de situação do projeto, da lista de potenciais projetos de interesse a discutir com o município e freguesias, esclarecimentos quanto ao impacto territorial do projeto (em particular qual a área ocupada por painéis por freguesia e no total do projeto) e a discussão de possível compatibilização do uso de áreas não ocupadas pela central e previstas no contexto de integração paisagística para acomodar necessidades das comunidades e associações locais ou promover novos usos sinérgicos que representem mais-valia. Reforçado pelas entidades locais o contexto territorial e ligações a setores produtivos do concelho e freguesias, bem como outros de interesse a promover, e principais preocupações das populações locais. Ficou acordada reunião de seguimento com município, juntas de freguesia e associações locais a identificar pelas entidades de poder local.

Câmara Municipal de Penamacor**Data: 31 de março de 2025 – 17h00****Local:** Penamacor

Presentes: António Beites (Presidente da Câmara), representantes da Lightsource BP e do Institut Cerdà.

A reunião ajudou a esclarecer algumas questões, e a apresentação detalhada do projeto foi fundamental para essa clarificação. O presidente ficou de indicar um ponto de contacto para trabalhar o envolvimento das comunidades.

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova**Data: 1 de abril de 2025 – 11h30****Local:** Idanha-a-Nova

Presentes: Arq.^a Joana Rossa (Chefe da Divisão de Urbanismo), representante da Proteção Civil, e equipas da Lightsource BP e Institut Cerdà.

A reunião permitiu esclarecer questões sobre o projeto e alinhar diferentes perspetivas locais. Ficou acordado avançar com novas reuniões e definir um ponto de contacto para o envolvimento comunitário.

Data: 21 de maio de 2025 – 11h30

Presentes: Armindo Jacinto (Presidente da Câmara), Arq.^a Joana Rossa (Chefe da Divisão de Urbanismo), e equipas da Lightsource BP.

A reunião permitiu abordar e esclarecer a temática da simulação 3D apresentada pela Lightsource BP sobre a visibilidade da CSF do ponto de vista da aldeia histórica de Monsanto.

Data: 24 de julho de 2025 – 12h00

Presentes: Armindo Jacinto (Presidente da Câmara), Cristina Preguiça (Chefe de Gabinete da Presidência da Divisão de Urbanismo), e equipas da Lightsource BP.

A reunião serviu para demonstrar a reduzida intrusão visual do projeto, através de novas simulações 3D e um voo drone exemplificativo da distância da central a Monsanto para uma instalação renovável já existente no contexto daquele território.

Foram ainda discutidas novamente possibilidades de colaboração e vetores de interesse em parcerias e apoio para partilha de benefícios com as comunidades, com o compromisso de agendar uma reunião próxima com as juntas de freguesia.

Instituto Politécnico de Castelo Branco**Data: 23 de julho de 2025 – 17h00**

Presentes: Fernando Ribeiro (Diretor EST-IPCB), Rogério Dionísio (Subdiretor da EST e Coordenador do Laboratório GreenUpPCB), Eduardo Anselmo de Castro (CCDRC), Michäel António (CCDRC-CRINOV), representantes da Lightsource BP e do Institut Cerdà.

Discussão e esclarecimento acerca dos mecanismos de interligação academia-meio empresarial. Após apresentação do foco de atividade da EST-IPCB, discutiu-se os principais vetores de interesse comum IPCB e LSbp, nomeadamente na área de formação e licenciatura em energias renováveis e no âmbito da atividade do Laboratório GreenUpPCB, e as potenciais formas de apoio e articulação entre ambas as instituições, a desenvolver em reuniões futuras.

Durante a reunião, foram identificadas as seguintes áreas de colaboração, a perseguir no decurso dos próximos meses:

- Nos próximos cursos, a Lightsource bp poderá partilhar a sua experiência no campo das energias renováveis na Licenciatura em Engenharia das Energias Renováveis ministrada no IPCB. Os temas objeto de colaboração poderão ser:
 - Tramitação de projetos renováveis: legislação, fases, principais obstáculos e oportunidades;
 - Desenvolvimento tecnológico de projetos renováveis: ligação à rede, tecnologia solar, tecnologia eólica;
 - Impacte ambiental: legislação aplicável, medidas de mitigação de impacte, estudos de impacte ambiental, entre outros.
- Assim que os centros eletroprodutores da Lightsource bp entrarem em construção e operação, esta colaboração poderá também incluir outro tipo de ações, tais como:
 - Visitas dos alunos às instalações da Lightsource bp, e
 - Colaborações em projetos de inovação promovidos pelo GreenUpPCB – Laboratório de Testes, Recondicionamento e Engenharia Reversa de Placas Eletrónicas (PCB).